



PUBLICADO NO DIÁRIO DA
JUSTIÇA DE 04/07/14

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

PROVIMENTO CONJUNTO N.º 010 /2014 – CJRMB/CJCI

**Dispõe sobre o prazo para pagamento de custas
intermediárias e dá outras providências**

O Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, Corregedor de Justiça da Região Metropolitana de Belém, em exercício e a Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, o uso de suas atribuições legais e institucionais,

CONSIDERANDO que o art. 9º da Lei nº 5.738/1993 atribui às Corregedorias de Justiça a competência para regulamentar a cobrança de custas processuais;

CONSIDERANDO que o art. 8º, § 3º, do Provimento Nº 005/2002-CGJ prevê o recolhimento de custas intermediárias;

CONSIDERANDO a necessidade de maior controle das custas intermediárias, por meio da estipulação de prazo de pagamento;

RESOLVEM:

Art. 1º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das custas intermediárias previstas na Tabela de Custas Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a contar da emissão do respectivo boleto bancário pelo Módulo de Arrecadação do Sistema Libra e pelo Sistema de Emissão de Custas Judiciais WEB.

Art. 2º No 31º (trigésimo primeiro dia) a contar da emissão, os boletos bancários de custas intermediárias serão automaticamente cancelados pelo Sistema Libra, podendo a parte, caso necessário, emitir novo boleto para pagamento.

Art. 3º Os boletos bancários de custas referentes aos recursos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

permanecerão sem prazo de vencimento, observando-se o prazo legal de cada recurso para comprovação do preparo.

Art. 4º Constatada a insuficiência de informações da parte devedora que impeça a expedição da certidão para inscrição na dívida ativa do Estado, o processo poderá ser arquivado, com baixa definitiva, mediante lavratura de certidão nos autos e a juntada do cálculo das custas finais.

Parágrafo Único. Os boletos bancários de custas finais não poderão ser cancelados.

Art. 5º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belém, 17 de julho de 2014.

Des. **ROMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**
Corregedor de Justiça da Região Metropolitana
de Belém, em exercício.

Des. **MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior